



Gabinete do Censo – 2000

Manual de Cartografia



De 16 a 30 de Junho de 2000

« Conhecer Cabo Verde como a palma da nossa mão »

PRAIA, Janeiro de 2000

.

Presidente

Francisco Fernandes Tavares

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. Amílcar Cabral, CP 116

Cidade da Praia

Composição

Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do Censo 2000

Impressão:

Grafoarte, L.da

Data de Impressão

Abril de 2000



0. INTRODUÇÃO

Vai o Instituto Nacional de Estatística, realizar de 16 a 30 de Junho do ano 2000, o IIIº Recenseamento Geral da População e Habitação, em conformidade com as recomendações das Nações Unidas.

Cabo Verde é um dos raros países africanos tendo realizado quatro recenseamentos demográficos, designadamente em 1960, em 1970, em 1980 e em 1990. Os dois recenseamentos realizados após a independência (censos 1980 e 1990) abordaram também a habitação. Estes recenseamentos permitiram melhorar o conhecimento das características da população do país, reforçar a consideração das variáveis demográficas nas políticas e programas de desenvolvimento, nomeadamente pelo sistema de planeamento.

O IIIº Recenseamento Geral da População e Habitação do ano 2000, é a maior operação estatística do País e assume papel estruturante no quadro da reforma do Sistema Estatístico Nacional e do sistema de informação para o desenvolvimento.

O IIIº recenseamento geral da população e habitação do ano 2000 é a primeira prioridade fixada nas Linhas Gerais de Actividade Estatística para o período 1998-2001 e visa melhorar o conhecimento das características da população, uma das condições para que os programas de desenvolvimento tenham eficácia. As informações dos censos, associada as de outras fontes, permitem também avaliar os impactos dos programas de desenvolvimento. O recenseamento disponibiliza ainda a base de sondagem para todos os inquéritos que tenham como unidade estatística o agregado familiar.

Para o sucesso do recenseamento as seguintes garantias são essenciais :

Garantia de não omissão, quer dizer que todos serão contados,

Garantia de não duplicação, quer dizer que ninguém será contado duas vezes

Garantia de qualidade das informações, quer dizer que todas as entrevistas serão completas e as informações recolhidas são de qualidade.

As duas primeiras garantias dependem fundamentalmente da organização dos trabalhos de terreno, mais concretamente da cartografia censitária.

Para que não haja duplicação, nem omissão é necessário que a cada agente recenseador seja confiado uma porção do território (Distrito de Recenseamento – DR) devidamente definido e delimitado com as respectivas descrições, a lista das famílias ali existentes e o respectivo mapa, permitindo assim uma fácil reperagem dos limites, para

que não deixe de fora nenhum agregado familiar, nem conte famílias que não são do seu DR. Para que todos sejam recenseados dentro do período de observação é necessário que sejam recrutados, formados e afectados, recenseadores, controladores e outro pessoal em numero suficiente; é necessário que sejam alocados meios logísticos em quantidade adequada. São os objectivos centrais da cartografia censitária.

A formação visa dotar os agentes de terreno, de conhecimentos teóricos e práticos necessários a uma correcta orientação no terreno, abordagem dos chefes dos agregados familiares, actualização das cartas dos bairros elaboração de croquis, e realização dos inventários e entrevistas previstas no âmbito desta operação.

O presente Manual do Agente de Terreno é um manual de formação, mas sobretudo o seu manual de referência, o seu guia. Consulte-o em primeira mão, sempre que necessitar de esclarecimentos, recorrendo em segunda mão, aos seus colegas ou ao seu Chefe de Equipe.

Da qualidade do seu trabalho depende o sucesso do recenseamento.

Confiamos em si.

Assuma este desafio e faça o seu trabalho com qualidade. Estará sobretudo contribuindo para o desenvolvimento deste país.

Instituto Nacional de Estatística na Praia, aos 31 de Janeiro de 2000.

O Presidente

Francisco Fernandes Tavares

I - GENERALIDADES

1 – DEFINIÇÃO DO RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO .

O recenseamento da população e habitação é um conjunto de operações que consistem na recolha, tratamento, análise e publicação de dados sobre as características demográficas, económicas e sociais de todos os habitantes de um país, em determinado momento e sobre as condições de alojamento das famílias. As características essenciais do recenseamento da população e habitação são a universalidade, a enumeração individual, a simultaneidade e a periodicidade determinada.

Universalidade

O recenseamento da população e habitação deve cobrir todo o território do país ou parte do país onde decorre. Para ser universal, o recenseamento deve abranger todas as pessoas residentes ou presentes no país, assim como todos os locais usados para fins habitacionais, qualquer que seja o tipo (mesmo as barracas, as cavernas etc.). Dito de outro modo deve cobrir todas as unidades estatísticas que são as pessoas e as unidades de alojamento.

Enumeração individual

Um recenseamento da população e habitação exige que cada indivíduo e cada unidade de alojamento com as suas características próprias sejam contados de forma autónoma

Simultaneidade

Cada pessoa e cada unidade de alojamento devem ser contadas em momento o mais próximo possível de uma data determinada e os dados recolhidos devem ter um período de referência bem determinado. O período de referência não é o mesmo para todos os dados, e a data do recenseamento para a maioria das características, mas pode ser período anterior para determinadas características como a situação perante o trabalho, a profissão, etc. .

Periodicidade determinada

O recenseamento fornece-nos um retrato da população em determinado momento . O interesse deste tipo de operações, - enquanto fonte Estatística, é cada vez maior se realizada com regularidade fixa, para que se disponha de uma serie de dados comparáveis, que permitem estudar a evolução e conhecer a tendência, global como do ponto de vista das características demográficas, socio-economicas e das condições de alojamento.

O recenseamento da população pode também incluir a preparação do recenseamento agrícola, desde que as definições e conceitos sejam compatíveis, por forma a que se possa utilizar conjuntamente os resultados das duas operações. Durante a cartografia censitária pode-se actualizar o inventário das explorações agrícolas. É o que tencionamos realizar no quadro da cartografia censitária para o III RGPH-2000.

2- DEFINIÇÃO DO RECENSEAMENTO AGRÍCOLA

O recenseamento agrícola é um conjunto de operações que consistem na recolha, tratamento, análise e publicação de dados sobre a estrutura agrária, ou seja um inventário dos recursos em homens, terreno, gado e outros meios de produção do sector rural referente a todas as explorações agrícolas. Permite dispor-se de dados actuais e detalhados sobre a situação socio-económica das populações rurais e das estruturas agrárias. No entanto revelou-se difícil senão impossível realizar uma contagem exaustiva de todas as explorações agrícolas razão pela qual o recenseamento agrícola propriamente dito é realizado junto de uma amostra representativa de explorações agrícolas.

O recenseamento agrícola será realizado em duas etapas.

Numa primeira etapa será realizado o inventário exaustivo de todas as Explorações Agrícolas e das suas características gerais e o pre-recenseamento agrícola. Esta etapa fornece a base de sondagem para a segunda etapa.

Numa segunda etapa será realizado o recenseamento propriamente dito ou seja, a fase principal, junto de uma amostra representativa das explorações agrícolas. Nesta etapa serão estudadas as principais variáveis que caracterizam a estrutura agrária, do país, entre outras, de interesse no âmbito desse tipo de censo.

O último recenseamento agrícola teve lugar em 1988.

3- OBJECTIVOS DO RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DO ANO 2000. RGPH-2000

O Recenseamento Geral da População e Habitação do ano 2000 é o terceiro a ser realizado em Cabo Verde, e tem os seguintes objectivos específicos:

- 1 Fornecer informações sobre o estado, a estrutura e as características socioculturais, e económicas da população, bem como as características da habitação;
- 2 Estudar a dinâmica da população, em comparação com os outros recenseamentos anteriores e outras fontes;

- 3 Inventariar as infra-estruturas e equipamentos colectivos existentes a nível de cada bairro;
- 4 Constituir uma base de sondagem sobre a população e a sua repartição espacial;
- 5 Reforçar a capacidade do INE em matéria de execução de recenseamentos demográficos;
- 6 Fornecer informações aos diferentes ministérios, principalmente o da Saúde, da Educação, das Finanças e a Planificação, aos pesquisadores, aos agentes económicos e diversos organismos, dados de planificação e de estruturas.

4- OBJECTIVOS DO RECENSEAMENTO AGRÍCOLA

Um censo agrícola visa, normalmente a recolha de dados sobre a estrutura agrária, compreendendo um inventário dos factores de produção (factores duráveis), das formas de exploração, a disponibilidade de factores de produção assim como fornecer uma base de sondagem recente para os inquéritos agrícolas.

O próximo recenseamento agrícola de Cabo Verde visa proporcionar um conhecimento actualizado e completo do panorama agrícola do país, ou seja,

- fornecer um inventário dos recursos em homens, terreno, gado e outros meios de produção do sector rural;
- e fornecer dados actuais e detalhados sobre a situação socio-economica das populações rurais e das estruturas agrarias;
- permitir avaliação do impacto dos vários projectos executados no âmbito do desenvolvimento rural, nomeadamente em termos de mudanças das estruturas de produção;

Os principais dados referem-se:

- às características das zonas agrícolas
- às características socio-economicas das explorações agrícolas e da população agrícola
- às estruturas agrícolas
- às características das parcelas de sequeiro e de regadio
- aos animais criados pelas explorações agrícolas
- aos equipamentos e inputs das explorações agrícolas e vendas dos seus produtos agrícolas.

5 - SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Em aplicação do Artigo 7º, Lei n.º 15/V/96, as informações prestadas no âmbito do RGPH-2000 são de carácter confidencial e serão utilizadas exclusivamente para fins estatísticos.

Em caso algum, essas informações poderão ser vistas por pessoas estranhas ao INE, ou então fornecidas a outrem.

II. CARTOGRAFIA CENSITÁRIA

A cartografia censitária é a primeira operação de terreno a ser realizada no âmbito das actividades do recenseamento. Tem como principal objectivo, permitir a organização das operações de recolha de dados no terreno, pondo à disposição dos agentes recenseadores, controladores e responsáveis do Gabinete de Censo documentos (fichas, cartas topográficas, croquis) correspondentes aos bairros onde irão trabalhar.

A Cartografia Censitária fará incidir os seus trabalhos em todos os bairros das cidades da Praia e São Vicente, funcionando com uma equipa em cada bairro.

Cada equipa é constituída por três agentes estatísticos e um Topógrafo que chefia

Os trabalhos de terreno deverão seguir o itinerário previamente definido.

De todas as estruturas da saúde e da educação serão levantadas coordenadas GPS

Serão também levantadas coordenadas GPS de dois ou mais pontos limítrofes de, acordo com a configuração dos limites dos Distritos de Recenseamento - DR's.

Como material cartográfico de suporte serão utilizadas cartas topográficas à **escala 1:2000**, sobre as quais serão feitas as devidas actualizações, e a enumeração das casas.

Nos Bairros que não dispõem de cartas topográficas, devem ser elaborados croquis de forma clara e usando sinais convencionais (**Ver anexo 1**), respeitando as orientações, e com todos os detalhes necessários á uma boa interpretação.

Após a actualização do mapa (carta topográfica) do bairro e a realização do inventario dos serviços e equipamentos colectivos e o levantamento das coordenadas GPS das estruturas sanitárias e educativas, a enumeração das casas, o inventario das famílias e a realização do pre-recenseamento agrícola junto das explorações agrícolas familiares

e modernas, o chefe de equipe procederá, com o apoio dos agentes de sua equipe, à constituição do Distrito de recenseamento (DR).

Um DR é uma porção do território de um Freguesia onde vivem cerca de 600 ou 1000 pessoas, conforme se tratar do meio rural ou do meio urbano respectivamente.

A cartografia censitária permite:

- Inventariar o conjunto dos lugares habitados;
- A cobertura exaustiva do território durante a operação da recolha propriamente dita. A organização e planificação racional dos trabalhos de recolha;
- O dimensionamento do suporte logístico e em recursos humanos necessário para o conjunto da operação;
- A determinação dos distritos de recenseamento (DR) e zonas de controlo (ZC);
- O estabelecimento de uma base de sondagem para os inquéritos inter-censitários ;
- A disponibilização imediata de dados globais e recentes sobre a população até ao último nível da divisão administrativa do País;
- A disponibilização de um inventário actualizado e completo dos serviços públicos e outros equipamentos colectivos existentes a nível de cada cidade/vila/bairro do País.

Tarefas

- Tarefas do Chefe da Equipa de Terreno

Nas zonas urbanas o chefe da equipa de terreno e o Cartógrafo/Topógrafo que tem as seguintes responsabilidades:

- a) Reconhecer os limites dos bairros
- b) Proceder a actualização da carta topográfica do bairro a escala 1:2000
- c) Proceder à enumeração das casas porta-a-porta de forma sequencial dentro de cada bairro e sua referência nas respectivas cartas.
- d) Elaborar croquis dos bairros que não estão cobertos pelas cartas topográficas
- e) Realizar encontros de trabalho com os responsáveis dos bairros ou outra pessoa idónea e com estes reconhecer os limites do bairro de trabalho. Recorrer quando necessário e por intermédio do Gabinete do Censo aos Serviços da Câmara Municipal, para obtenção de informação e de esclarecimentos necessários à

correcta identificação dos limites dos bairros e à correcta interpretação das cartas topográficas.

- f) Organizar e distribuir tarefas aos agentes estatísticos da sua equipe;
- g) Realizar conjuntamente com os Agentes Estatísticos o levantamento das coordenadas GPS, das estruturas educativas e sanitárias;
- h) Proceder conjuntamente com os Agentes Estatísticos a constituição dos Distritos de Recenseamento (DR's) e o levantamento das coordenadas GPS de pontos limítrofes dos DR's;
- i) Elaborar conjuntamente com os Agentes Estatísticos, a memória descritiva dos Distritos de Recenseamento constituídos e proceder à constituição das zonas de controle;
- j) Realizar os recapitulativos com as Fichas C e D e proceder ao envio dos dossiers ao Gabinete de Censos 2000;
- k) Assegurar a qualidade dos trabalhos e a produtividade necessária ao cumprimento do plano de trabalho;
- l) Velar pela adequada utilização do GPS com que a sua equipe trabalhar, pela conservação dos mesmos e devolvê-los ao Gabinete de Censos, uma vez concluídos os trabalhos de terreno;
- m) Informar – se da existência no bairro de empresas cooperativas ou associações que se dedicam a agricultura ou outro tipo de exploração agrícola do tipo não familiar.
- n) Observar o princípio do segredo estatístico

Tarefas do Agente Estatístico

- a) Realizar o inventario dos serviços e equipamentos colectivos existentes no bairro; (tarefa confiada a um dos agentes);
- b) Realizar o inventario das famílias dos sectores de trabalho que lhe forem confiados pelo chefe de Equipe;
- c) Realizar o inventario das explorações agrícolas familiares dos sectores de trabalho que lhe forem confiados;
- d) Realizar o inventario das unidades de exploração pecuária dos seus sectores de trabalho;

- e) Calcular o efectivo total da população dos seus sectores de trabalho;
- f) Proceder conjuntamente com o Chefe de Equipe à constituição dos Distritos de Recenseamento (DR's) e o levantamento das coordenadas GPS de pontos limítrofes dos DR's;
- g) Elaborar conjuntamente com o Chefe de Equipe a memória descritiva dos Distritos de Recenseamento constituídos e proceder à constituição das Zonas de Controle;
- h) Velar pela conservação do GPS com que trabalhar;
- i) Observar o princípio do segredo estatístico

2. Trabalhos Técnicos Preparatórios

As tarefas cartográficas que precedem o Censo compreendem, a aquisição e a avaliação das cartas, a sua revisão, preparação e a recolha dos elementos dos ficheiros dos bairros na Cidade da considerada operação.

Recomenda-se fazer a avaliação do material técnico necessário. Trata-se de entre outros, de cartas, de bússolas, de GPS e de fichas técnicas.

Cada Chefe de equipe deve munir-se de dois (2) exemplares de carta antes de ir ao terreno. Um dos exemplares é utilizado no terreno. Neste registará todas as informações recentes, que não existam na carta mas observadas no terreno, assim como assinalara para eliminação, os elementos marcados na carta e que não existam no terreno. Essas informações serão transferidas para a carta deixada em casa no fim de cada dia.

Antes da deslocação ao terreno aconselha-se a cada equipe de verificar que dispõe de todo o material de terreno.

3. Calendário Das Actividades

O calendário detalhado das actividades da cartografia é estabelecido pelo Responsável da Cartografia em colaboração com os outros técnicos do Gabinete do Censo, tendo em conta o cronograma do RGPH 2000.

O calendário das actividades da cartografia deverá ter em conta a ordem de situação dos bairros e a forma de distribuição das construções dentro dos referidos bairros (ordenada ou desordenada planificada ou clandestina)

Caso se verificarem importantes mudanças, relativamente ao inicialmente previsto, o Coordenador devesa ser avisado em primeira mão.

O Gabinete do Censo realizará missões de supervisão ao terreno. Essas missões terão por objectivo, verificar a coerência e a qualidade do trabalho de cada equipe. Por outro lado essas missões intervirão para apreciar e resolver problemas técnicos e administrativos que não possam ser resolvidos pelo Chefe de Equipe.

3. – Conselhos

3.1 - Deveres do Agente

A função do Agente consiste na execução do trabalho na área para a qual foi designado. Da sua actuação correcta e diligente depende, em grande parte, o êxito do Censo.

No desempenho da sua missão não pode fugir aos seguintes deveres :

- Estudar cuidadosamente o presente manual, as cartas e as fichas de recolha de informações ;
- Executar o trabalho tal como está explicado no presente manual;
- Deslocar-se até junto de todos os inquiridos para realização das entrevistas, não devendo ceder a quaisquer dificuldades ultrapassáveis ;
- Velar pelo estabelecimento de um clima de confiança com o inquirido ;
- Assegurar-se da exactidão das informações e evitar no limite do possível influenciar o inquirido e, para tanto, prescindir de emitir opinião própria ;
- Verificar no fim de cada dia de trabalho as fichas preenchidas, e verificar sempre se dispõe de um numero suficiente de fichas não preenchidas para os dias seguintes;
- Terminar a operação no período fixado ;
- Não colocar às pessoas, questões que não existam nas fichas;
- Não acompanhar-se durante os trabalhos de estranhos e nunca delegar funções a outras pessoas;
- Nunca embebedar-se antes de uma entrevista nem aceitar uma ou outra bebida alcoólica no desenrolar de uma entrevista.

-

Como Agente Estatístico deve especialmente:

- 1 - Ser amável e educado com a população, respeitando os seus usos e costumes;
- 2 Avisar o seu Chefe de Equipa, em caso de doença;
- 3 - Logo à sua chegada no seu sector de trabalho tenha sempre presente que o objectivo da sua presença nesse lugar é de trabalhar regular e correctamente, e de terminar o trabalho no prazo estabelecido;
- 4 Organizar as deslocações de forma racional a fim de minimizar a perda de tempo e de rentabilizar os percursos.
- 5 Respeitar o itinerário que lhe for indicado pelo Chefe de Equipa.

3.3 - Antes da partida para o terreno.

Antes da partida para o terreno cada equipa deve escrupulosamente :

1 – Verificar se tem consigo todos os materiais e equipamentos necessários ao seu trabalho:

- Um GPS
- Uma régua
- Lápis e borracha
- Um transferidor
- Uma pasta com gancho
- Um tubo para os mapas
- Giz

2 – Verificar se tem em sua posse as cartas e os documentos relativos ao bairro onde vai trabalhar.

III – CONCEITOS**A - CONCEITOS APLICADOS À CARTOGRAFIA****1.- DEFINIÇÃO DE MAPA**

Mapa é uma representação convencional sobre uma superfície plana, seja de uma parte da superfície terrestre ou do conjunto desta, segundo uma relação chamada escala.

2 - ORIENTAÇÃO DO MAPA

Orientar um mapa, significa deixá-la de tal forma que os quatro pontos cardeais estejam na mesma direcção que os seus homólogos no terreno.

3 - OS DIFERENTES MÉTODOS DE ORIENTAÇÃO

3.1) Orientação pelo sol.

O sol nasce no ponto cardinal Este e põe-se no Oeste. Assim, quando viramos a cara para Este, teremos à nossa esquerda o Norte, à direita o Sul e à nossa retaguarda o Oeste. Estando no terreno, ao olharmos para o sol a nascer ou a pôr-se, orientando o lado direito da carta para o sol nascente, ou o lado esquerdo da carta para o sol poente, teremos a carta orientada.

3.2) A orientação pela bússola

Sobre uma carta traçamos a direcção do norte magnético. Colocando o lado rectilíneo da bússola a coincidir com a direcção do norte magnético, viramos o conjunto até que a agulha magnética esteja estabilizada entre as marcas aí existentes. Assim que esta condição se verificar, a carta estará orientada.

3.3) Através de elementos do terreno representados na carta que são visíveis no terreno. Com a carta na horizontal, viramo-la até que um elemento representado na carta esteja na direcção do elemento correspondente no terreno. A orientação poderá ser confirmada mediante a observação de mais um ou dois elementos do terreno e a confirmação da sua situação na carta.

4 – A ESCALA

A escala é a razão entre o comprimento de um segmento medido na carta e o comprimento do seu homólogo no terreno ou, por outras palavras, a relação entre a distância figurada na carta e a distância real do terreno.

A escala pode ser representada de três maneiras:

- Por uma expressão:
Exemplo : 1cm na carta = 250m no terreno

-

- Por uma fracção:
Exemplo: 1/25 000, $\frac{1}{25\ 000}$ ou 1:25 000

- Por um gráfico:
Exemplo:



A escala gráfica serve, para se trabalhar utilizando uma carta. No caso da escala gráfica desenhada em cima, temos que **um cm** na carta corresponde a **250 m** no lugar. Queremos medir uma distância na carta 1:25.000 utilizando a escala gráfica. Como fazemos?

Pegamos num compasso de agulhas, abrimos o compasso colocando as pontas em cada uma das extremidades da distancia. Com o compasso assim aberto, medimos a distância em cima da escala gráfica.

Se temos uma abertura maior que 3 cm mas menor que 4cm, colocamos uma ponta no traço do gráfico correspondente a 3 cm, visto termos 3 centímetros completos e uma que resta ainda na abertura nessa abertura do compasso, que não dá para mais um centímetro. Assim, a outra ponta vai situar-se á esquerda do 0. Poisamos levemente essa ponta por forma a situar-se no gráfico, e vemos as pequenas divisões dessa parte que vai incluir.

Fazemos a leitura completa da distância, assim:

$$\begin{aligned} 3\text{cm} & \dots\dots = 750\text{m} \\ \text{Partes de cm} & \dots\dots = 50\text{m} \end{aligned}$$

$$\text{Somamos } 750 + 50 = 800 \text{ m}$$

Quer dizer que essa distância medida com compasso na carta, mede 800 m no lugar.

5 - SINAIS CONVENCIONAIS

Certos elementos do terreno que são muito importantes e merecendo ser representados sobre a carta, são às vezes de dimensões muito pequenas.

Exemplo: um poço numa zona desértica, uma vereda, um posto sanitário, uma escola, etc.. O cartógrafo é obrigado a recorrer aos assim chamados sinais convencionais ou símbolos (Ver anexo).

6 - LEITURA DA CARTA

Por convenção, sobre uma carta colocada no sentido da leitura, o lado mais próximo do operador, a parte em baixo é o Sul, e o lado oposto é o Norte, ficando o Este à direita e o Oeste à esquerda da folha. Sobre uma carta um dos elementos importantes é a seta do norte, que indica a direcção do norte geográfico ou do norte magnético (NM).

7 - A LONGITUDE

É o valor do ângulo diedro (ângulo formado por dois planos) compreendido entre o plano do meridiano do lugar relativamente e o plano do meridiano de referência ou de Greenwich. Pode ser expressa em graus Este ou Oeste, conforme estivermos a este ou a oeste de Greenwich, variando de 0 a 180° para a direita ou para a esquerda do meridiano de Greenwich.

8 - A LATITUDE

É o valor do ângulo formado pela vertical do lugar (direcção do fio do prumo) com o plano do Equador. Fala-se de latitude norte ou sul conforme estivermos a norte ou a sul do Equador, variando de 0 a 90° do Equador para o Polo Norte e do Equador para o Polo Sul.

9 - A ALTITUDE

É a altura do lugar de observação relativamente ao nível médio das águas do mar, e é expressa em metros.

10 - A BÚSSOLA

A bússola é uma lâmina de aço magnetizada montada sobre um eixo, á volta do qual tem a propriedade de girar, sempre na direcção do campo magnético da Terra. É composta por um quadrante munido de um dispositivo de visada e de um nível esférico para assegurar a horizontalidade.

A bússola está graduada em graus (360°), sendo a sua leitura no sentido do movimento dos ponteiros do relógio.

A declinação magnética é o valor do ângulo entre a direcção indicada pela agulha magnética (NM) e a direcção do norte geográfico coincidente com a direcção norte dos meridianos.

No terreno, antes de se servir de uma bússola, é necessário assegurar-se que o campo é propício, ou seja que não existe campo magnético parasita (quer dizer se estivermos perto de infra-estruturas metálicas ou viaturas) que poderá desviar a agulha magnética, sendo absolutamente necessário evitar todas as perturbações magnéticas (devidas particularmente às massas metálicas). Assim, será necessário descer do veículo e distanciar-se ao menos 2 metros para visar ou medir um ângulo.

Como utilizar a Bússola ?

Coloca-se a carta de modo que fique, tanto quanto possível, na horizontal.

Coloca-se a bússola sobre a carta, de modo a fazer coincidir um dos seus lados (esquerdo ou direito) com uma recta meridiana. Roda-se o conjunto carta-bússola, mantendo a carta e a bússola na mesma posição relativa, até que a ponta da agulha indicativa do Norte Magnético marque a declinação magnética do lugar. Quando isso se verificar, a carta está orientada.

Por exemplo, sendo a declinação magnética na zona sul de Santiago igual a 18° 26' W, a carta estaria orientada quando depois de rodar o conjunto carta-bússola a agulha indicativa do Norte Magnética indicasse os 18° 26' W.

B. CONCEITOS ESTATÍSTICOS

Distrito de Recenseamento (DR)

Um Distrito de Recenseamento (DR) é uma porção do Território Nacional cuidadosamente marcada e confiada a uma equipa para a contagem da população que ali vive ou se encontra no momento da operação.

O DR pode ser composto por :

- Um bairro ;
- Um ou vários lugares ;
- Uma parte de um bairro ou de um lugar ;
- Um bairro mais uma parte de um outro bairro.

Meio Urbano

O meio urbano é constituído pelo conjunto das cidades e vilas do País. Em anexo encontra-se uma lista das localidades a serem consideradas como cidades e vilas **(Anexo II)**.

No plano administrativo, as cidades e vilas estão divididas em bairros. Os bairros são partes das cidades ou vilas, tendo sempre um nome conhecido.

Meio Rural

Entende-se por meio rural toda a parte do território situada fora do perímetro urbano, isto é fora das cidades e das vilas.

A zona rural é composta pelo conjunto das zonas e lugares que compõem a subdivisão administrativa considerada.

Zona

Uma zona é uma porção do Território Nacional composta por um conjunto de lugares.

Lugar

Um lugar é uma porção habitada do Território Nacional, tendo uma designação bem conhecida sobre o plano local, e que constitui a menor divisão do País.

Casa

Uma casa é uma construção de um só bloco com ou sem andares e contendo uma ou várias divisões cobertas por um tecto.

Uma casa pode ter os seguintes tipos de utilização:

- Habitada
- Vazia
- Uso misto (Exemplo : um prédio com habitação no 1º andar e comércio no rés de chão
- Escritório / Comercio
- Em construção
- Outro

Agregado Familiar

Interessa ao Censo o agregado familiar, que é uma pessoa ou um grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente sob o mesmo tecto e sob a autoridade de um chefe de família,

tendo em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário.

Por exemplo, um agregado familiar pode ser composto por :

- uma só pessoa;
- um homem com a sua esposa e filhos ;
- um homem ou uma mulher com filhos e/ou avós ;
- um homem ou uma mulher com o(s) seu(s) filho(s).

Casos particulares

- **Filhos casados** que vivem com os pais na mesma casa de forma independente formam um agregado familiar.
- **Um grupo de pessoas solteiras** que vivem na mesma casa constitui um só agregado familiar se partilham o essencial das despesas de alojamento e alimentação, estejam ou não ligadas por laços de parentesco. Caso contrário, constituem agregados familiares diferentes.
- **Uma empregada** que vive e come em casa do patrão faz parte deste agregado familiar.

Família colectiva

Entende-se por família colectiva, um grupo de pessoas que vivem no mesmo estabelecimento por razões de disciplina, de trabalho, de saúde, de estudo e que não têm relações de parentesco.

Exemplos :

Militares nas casernas

Doentes internados nos hospitais

Pessoas detidas nas prisões

Pessoas internadas nos colégios, orfanatos

Pessoas vivendo em hotéis ou outro estabelecimento de alojamento

Religiosos vivendo em conventos, paróquias, etc.

População Estatística

- A população estatística é o conjunto de indivíduos que constituem o universo a observar. Trata-se neste caso do universo dos agregados familiares residentes na sua área, na data do Censo.

População Residente

É considerado como residente :

- Todo o indivíduo que vive habitualmente seis meses ou mais no agregado;
- Todo o indivíduo que não passar seis meses mas que tem a intenção de aí ficar durante seis meses ou mais. É o caso de um trabalhador que acaba de ser transferido, de um bebé que acaba de nascer, de uma mulher que acaba de se casar, de um estudante que veio viver com uma família e que tem intenção de ficar ali durante o ano escolar.

Hospital Central

Instituição de saúde a mais diferenciada no país, que presta cuidados especializados, serve de referência e presta apoio técnico às outras instituições do país.

Centro de Saúde

Instituição dotada de uma equipa de saúde chefiada por um Médico, muitas vezes o próprio Delegado de Saúde, e presta cuidados curativos, preventivos e promocionais. Nos concelhos onde não existe hospital, possui uma unidade de internamento, com um numero de camas em função da população servida.

Posto Sanitário

Instituição de carácter intermediário, dependente da Delegacia de Saúde e chefiada por um enfermeiro, tem a seu cargo a prestação de cuidados curativos, de prevenção e promoção de saúde, da competência de um enfermeiro. Recebe regularmente visitas itinerantes de um médico para consultas da população, apoio e supervisão do funcionamento institucional. Faz o seguimento e controlo dos doentes crónicos.

Delegacia de Saúde

Circunscrição territorial da administração sanitária, adaptando-se à divisão administrativa do país. A Delegacia é chefiada por um médico , o Delegado de Saúde .

Unidade Sanitária de Base

Instituição simples, sob a responsabilidade da delegacia de Saúde e chefiada por um Agente Sanitário de Base, normalmente escolhido pela comunidade, devendo possuir o Ensino Básico Elementar e uma curta formação específica, orientada pelo Delegado de saúde. Constitui o prolongamento da rede sanitária a nível das Delegacias de Saúde, com vista a facilitar o acesso aos cuidados de saúde. Desenvolve predominantemente actividades educativas e preventivas, e apoia o seguimento dos doentes crónicos.

Polo escolar

Escola do Ensino Básico Integrado onde se lecciona da 5ª à 6ª classe, dotado dos serviços e desse estatuto, dirigido por um gestor de polo:

Estabelecimento de Ensino Privado

Instituição criada por pessoas singulares, cooperativas ou outras pessoas colectivas privadas, para ministrar o ensino colectivo privado. Considera-se igualmente estabelecimento de ensino privado as instituições criadas por organizações religiosas para ministrar o ensino colectivo privado.

Exploração agrícola: unidade económica de produção agrícola sob uma direcção única compreendendo todas as parcelas cultiváveis, independentemente do título de posse, modo jurídico ou do tamanho.

As explorações agrícolas podem ser:

- familiar - quando os membros da família têm ao menos uma parcela cultivável independentemente da forma de a explorar e do seu tamanho.
- cooperativas de produção agrícola.
- empresas e perímetros agrícolas do Estado.

Chefe de exploração agrícola: é a pessoa reconhecida como tal pelos outros membros do agregado familiar. Ela detém os principais poderes e responsabilidades no que concerne a gestão da exploração. Em vários casos recai no chefe da família.

Formas de exploração da terra: Em Cabo Verde existem vários modos de explorar a terra: directas; indirectas e semi-directas. Elas são regidas por contrato escrito ou correspondem a situações de “facto”. Foram retidas sete formas de exploração da terra distintas, a saber:

- conta própria;
- parceria;
- arrendamento,
- posse útil (de facto e de júri);
- comodato;
- aforamento.

Regime de exploração: existem dois tipos de agricultura:

Agricultura de sequeiro - praticada durante a época das chuvas. As culturas praticadas dependem totalmente das chuvas.

Agricultura irrigada - praticada nas parcelas que dispõem de água proveniente de outras fontes que não a chuva, tais como ribeira, poços, furos, nascentes e galerias).

Parcela: é toda a porção de terra da exploração inteiramente cercada de estradas ou de outras terras. Em Cabo Verde, as parcelas são muitas vezes cercadas de muretes ou de plantas marcando as delimitações. A parcela pode comportar uma cultura ou uma ou mais associações de culturas. Foram consideradas todas as parcelas da exploração que possam ser cultivadas,

independentemente da forma de exploração, da localização (dentro ou fora do bairro/vila/cidade de residência da família) e do tamanho.

Superfície tomada em consideração: é aquela indicada pelo chefe da exploração para todas as parcelas da exploração. Trata-se neste caso da superfície cultivável (superfície total de todas as parcelas disponíveis pela exploração). Ela pode ser expressa em **litros e/ou em m2**

Litros: é uma unidade de medida de superfície utilizada pelos agricultores cabo-verdianos, cujo valor admitido é de 1000 m2.

Pecuária: actividade de criação de animais domésticos.

Unidade de Exploração Pecuária: uma pessoa ou grupo de pessoas constituindo ou não um agregado familiar e que é criador e/ou proprietário de animais de interesse zootécnico.

Animal de interesse zootécnico - entende-se todo o animal doméstico, produtor de alimentos para consumo humano (carne, leite, ovos) e/ou trabalho, seja ele de que espécie ou de que raça for.

As unidades de exploração pecuária podem ser de tipo:

- familiar - quando se trata de uma pessoa ou grupo de pessoas aparentadas ou não, que vivendo sob o mesmo tecto, partilham a maior parte das despesas de alimentação.
- Cooperativo;
- Empresarial;
- Outros.

Actividade económica

A actividade económica é o resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamentos, etc.), com vista à produção de bens ou serviços.

Independentemente dos factores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens e serviços).

Actividade económica principal

Por actividade económica principal entende-se a actividade que representa a maior importância no conjunto das actividades exercidas pela unidade económica.

A determinação da actividade económica é feita com base nos seguintes critérios:

1. Volume de negócios
2. Pessoal ao serviço

3. Produção

O resultado líquido do exercício (Lucro) não é critério de identificação da actividade económica

A actividade secundária corresponde a uma actividade produtora de bens ou serviços para terceiros diferente da actividade principal da unidade.

As actividades principal e secundária são, em geral, exercidas com o apoio de diversas actividades auxiliares (exemplo: contabilidade, serviços administrativos, reparação, armazenagem etc.)

As actividades auxiliares fornecem bens não duráveis ou serviços como o apoio às actividades de produção de uma unidade.

Certas actividades exercidas por uma empresa para uso próprio não são actividades auxiliares (ex: construção por conta própria, a produção de electricidade e a investigação).

As actividades auxiliares não devem ser utilizadas, em principio, para a determinação da actividade principal.

Numero de pessoas ao serviço

Por numero de pessoas ao serviço entende-se o numero de pessoas que, no período em referência, participaram efectivamente na actividade da empresa, independentemente do vinculo que tenham, quer recebam ou não um salário.

Inclui: pessoas temporariamente ausentes, no período de referência, para férias, maternidade, conflitos de trabalho, formação profissional, doenças e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a um mês. Inclui ainda os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa, sendo aí directamente remunerados.

Forma jurídica

Empresa em nome individual (ENI)

Todo o património do empresário em nome individual responde pelo cumprimento das suas obrigações sociais, quer se trate de valores afectos ao exercício de actividade ou não. Como tal a responsabilidade do empresário em nome individual é limitada.

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL)

Nestas sociedades, os accionistas estão isentos de responsabilidade pessoal: nunca respondem como tal, perante os credores da sociedade, que só podem pagar pelos bens sociais.

Sociedade Por Quotas (SPQ)

Também aqui, como nas sociedades anónimas, a garantia dos credores é representada pelo património social. Os sócios não respondem pelas dívidas da sociedade. Só respondem, com todos os seus bens, pela realização das prestações a que se obrigaram, ou seja, pela realização da sua quota. Aqui são perfeitamente identificadas os sócios, não acontecendo o mesmo nas sociedades anónimas.

Enquanto as SPQ tem sócios, as SARL tem accionistas.

IV. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÕES

Para efeitos de actualização dos mapas e da determinação dos DR's e Zonas de Controlo, deverão ser preenchidas as seguintes fichas :

- **Ficha de Inventário dos serviços e equipamentos colectivos bairro (Ficha A)** - para recolha de informações referentes aos serviços e equipamentos colectivos existentes na Cidade;
- **Ficha de Inventário das Famílias (Ficha B)** – destinada ao inventário das famílias, das explorações agrícolas e das unidades de exploração pecuária.
- **Ficha de Inventário dos bairros da Cidade (Ficha C)** para a anotação dos nomes dos bairros e respectiva população;
- **Ficha da Divisão em Distritos de Recenseamento (Ficha D)** destinada à anotação dos DR's e das respectivas Zonas de Controlo (ZC) da Cidade;

RECONHECIMENTO

1. RECONHECIMENTO NO MEIO URBANO

No meio urbano o agente vai trabalhar em bairros situados :

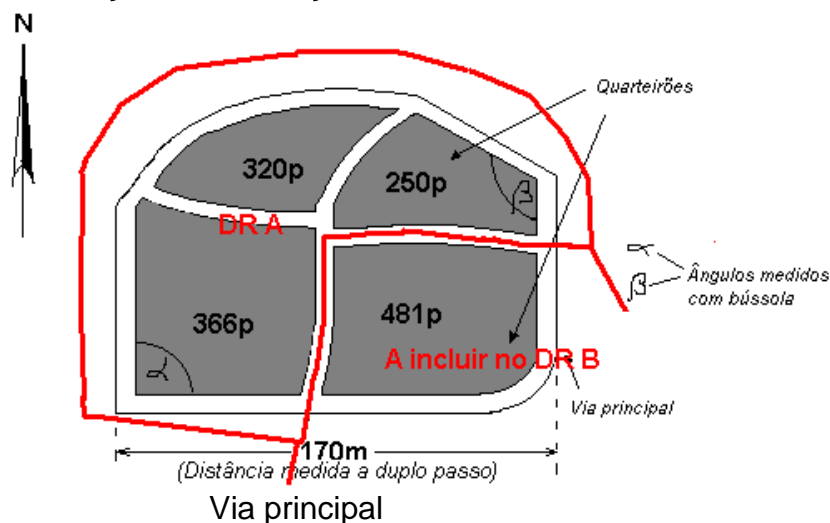
- Num bairro loteamento estruturado (casas grandes com ruas bem marcadas) onde as condições de acesso são fáceis e os sinais são facilmente identificáveis e/ou
- Num bairro sem loteamento estruturado (bairro denso desprovido de ruas bem marcadas, com casas próximas umas das outras) onde os sinais são difíceis de identificar.

1. RECONHECIMENTO NO MEIO RURAL

Se trabalhar no meio rural disperso (habitações separadas umas das outras) deve identificar todos os lugares habitados assinalados no mapa.

2. CROQUI

- Para cada localidade que não esteja coberta pelas cartas topográficas existentes e cujas dimensões ultrapassem os 800 habitantes, o Topógrafo deverá desenhar um croqui, com as seguintes características:
-
- Deverá ter a representação da orientação;



Planta de uma localidade com seus sectores e respectiva população

Os detalhes sectoriais deverão ser igualmente importantes para os DR, o que quer dizer que os elementos que caracterizam cada sector (bloco) deverão ser representados com igual pormenor, dado a existência de elementos que ajudarão o Agente na determinação dos limites dos DR's.

Em vista da "découpage" da localidade em DR's, a característica principal do croqui é ser claro, fácil de se entender, respeitando as distâncias, a escala e as orientações. Os

detalhes que serão postos nos croquis serão judiciosamente respeitados em termos de homogeneidade, sobre toda a extensão do croqui.

Como proceder, para se fazer um croqui?

Para se fazer um croqui de uma localidade, fazemos o levantamento do conjunto da linha exterior que engloba a localidade, medindo os ângulos e as distâncias. Os primeiros com a bússola, devendo as distâncias ser medidas pelo método do passo duplo.

O croqui começa pelo levantamento da principal via de comunicação (estrada) levantando-se de seguida as vias secundárias que dividem a localidade em sectores denominados de “blocos”. A seguir levantam-se os pormenores dentro de cada bloco, e determinamos o efectivo da população em cada um dessas unidades. Finalmente procede-se á “decoupage” em DR's.

VI - GLOBAL POSITIONING SYSTEM (G.P.S.)

G.P.S. é um sistema que permite determinar as coordenadas de um lugar (longitude, latitude e altitude) a partir de dados emitidos por uma constelação de satélites gravitando à volta da Terra.

O sistema G.P.S. é composto por três segmentos:

1 - **O espaço:** constituído de 24 satélites gravitando em 6 planos de orbita com cerca de 60º de inclinação sobre o equador. Cada um desses satélites colocado a 11000 milhas náuticas efectua duas voltas á volta da Terra, em 24 horas.

2 – **O controlo:** quatro estações terrestres controlados pelo departamento da defesa dos Estados Unidos da América asseguram o seguimento dos satélites, as medidas telemétricas, o comando e o controlo assim como a carga dos dados a bordo dos satélites pela estação-mestra (Masterstation).

3 – **O receptor:** É uma pequena caixa portátil que permite obter as coordenadas do ponto estacionado.

Precauções a ter em conta na utilização do GPS:

Antes de utilizar um GPS, a primeira coisa a fazer é a inicialização do aparelho. Este consiste em ligar o GPS e meter as coordenadas do lugar de referência.

- 1) Escolher um lugar aberto.

- 2) Segurar o aparelho de maneira a que a antena interna esteja paralela ao solo.
- 3) Premir e manter o botão “*power*” até que o receptor entre em funcionamento.
- 4) A página de “*WELCOME*” (Boas Vindas), aparece enquanto o GPS estiver em teste. Quando o teste estiver concluído, a página “*WELCOME*” é substituída pela página “*STATUT*”, com a mensagem “*EZENIT*” pronto para seleccionar um dos métodos de inicialização.
- 5) “*Select Country*” (selecção do país) permite inicializar o receptor seleccionando a vossa posição actual a partir de uma lista de países existente na base de dados interna do GPS.
- 6) “*Autolocate TM*” (autolocalizar TM) permite ao GPS de inicializar-se e calcular um ponto sem conhecer a vossa posição actual.
- 7) Se “*EZINIT*” não aparecer automaticamente sobre a página “*STATUT*”, premir o botão de entrada. Se o GPS já estiver inicializado e a mensagem “*EZINIT*” aparecer, seleccionar “*NO INIT*” com o botão flecha e premir sobre “*enter*”. A mensagem “*EZINIT*” pode aparecer se o vosso GPS tiver ficado em lugar fechado ou se a antena estiver escondida durante a captação dos satélites em normal ou económico.
- 8) Se a opção “*COUNTRY*” não estiver activada, premir muitas vezes sobre o botão seta para baixo e fazer deslocar a actividade sobre “*COUNTRY*”.
 - a) Premir sobre o botão *enter*.
 - b) Utilizar o botão seta para baixo para fazer desfilar a lista até que o país da vossa opção apareça.
 - c) Premir sobre *enter* para terminar.
- 9) Daí, o GPS começa a procurar os satélites apropriados e deve adquirir uma posição nos 3 ou 5 minutos seguintes.

Para navegar nas páginas principais (*STATUT*, *POSITION*, *AUTOROUTE*, et *MENU*), premir sobre o botão *PAGE* ou *QUIT* para fazer desfilar as páginas.

NB: Nunca deixar o aparelho (GPS) sem pilhas mais de 5 minutos.

Para que as coordenadas de um lugar sejam consideradas boas, será necessário que o GPS já tenha captado 4 ou mais satélites.

O referencial:

Lembre-se que as coordenadas observadas no GPS são fornecidas sobre o Geóide WGS-84, enquanto que as coordenadas dos marcos ou localidades na nossa carta são sob um outro referencial.

Será necessário determinar a correcção a introduzir a todas as medidas futuras a serem feitas na região. Para isso determinamos com a ajuda do GPS as coordenadas duma localidade/marco já representado na carta. Com a ajuda das coordenadas obtidas transportamos a localidade sobre a carta. A diferença de posição indica a correcção a introduzir a todas as medidas futuras ou já efectuadas.

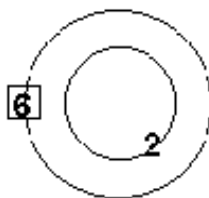
Manipulação do GPS

Estando no bairro de trabalho, o Agente Cartógrafo segurando o GPS já inicializado, deverá proceder da seguinte forma:

Ligar – no botão vermelho. PWR

Desligar- premindo o mesmo botão, até que a luz se apague.

Após dar as primeiras informações (Boas Vindas, etc.), o GPS passa á 1ª página e mostra duas circunferências concêntricas, sendo o maior com as informações do lugar



(horizonte) onde tinha trabalhado anteriormente, e o 2º indicando a posição dos satélites que serão possivelmente vistos nesse momento (uma mancha preta com o número por dentro, conforme figura a seguir).

Trabalhando com o GPS sob a carta 1:25.000, deverá determinar a diferença entre as coordenada (x, y) obtidas no GPS e as obtidas na carta, e registar no mapa.

O **GPS** é um método de posicionamento mas há outros que são os métodos clássicos:

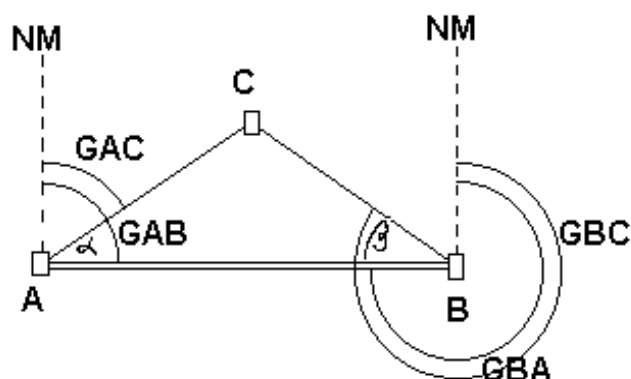
Assim veremos dois métodos de posicionamento por GPS. A “*Intersecção angular*” e o “*método de Levantamento (relèvement)*”.

1) Intersecção angular

$$\alpha = GAB - GAC$$

$$\beta = GBC - GBA$$

Supõe-se que de **A** vemos **C**, e que de **B** também vemos **C**. Tem como inconveniente a necessidade de se ter de ir tanto a **A** como a **B** para observar **C**.



Para marcarmos **C** no mapa, procedemos da seguinte forma:

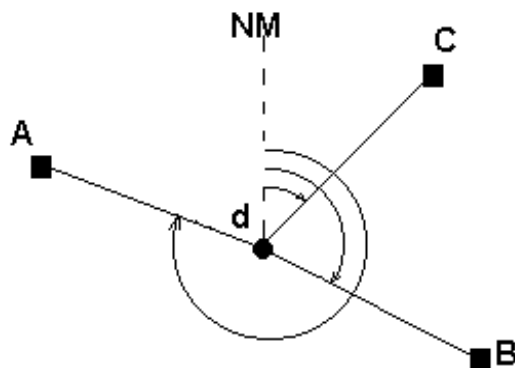
- Estando no ponto **A**, orientamos a carta no lugar (ver pag.10 parágrafo 4.3). Colocamos a bússola sobre a carta e orientamo-la, pondo o rebordo lateral da bússola a coincidir com a linha do meridiano do lugar, esperamos que a agulha se estabilize (na direcção do NM), e fazemos a leitura do ângulos:
- **GAC** (formado pela direcção do **NM**, a partir do ponto **A** onde nos encontramos e do local **C** que queremos determinar) e traçamos a direcção sobre o mapa.
- **GAB** (formado pela direcção do **NM**, a partir do ponto **A** onde nos encontramos e o local **B** representado no mapa) e traçamos a direcção no mapa.

De igual forma, procedemos estacionando em **B** e marcamos os ângulos **GBC** e **GBA**, sendo a direcção **BA** para controlo da orientação. Traçamos a direcção **BC** e a intersecção desta com a direcção **AC** anteriormente traçada, dá-nos o ponto **C**.

2) O método de levantamento (“relèvement”)

Não temos **d** no mapa.

Não temos necessidade de nos deslocar às 3 localidades.



No terreno temos os lugares **A,B,C** e **D**. Na carta temos representado só **A,B** e **C**. Temos de representar a vila **D** na carta.

Condições:

- Dispor de uma bússola;
- Que o campo seja propício, isto é sem campo magnético.

Como proceder

Para resolver este problema adoptamos uma resolução de forma gráfica.

Estacionando em **D** medimos os ângulos **GDC**, **GDB**, **GDA**, da seguinte forma:

O ângulo **GDC** com as visadas **d/NM** e **d/C**, o ângulo **GDB** com as visadas **NM/d** e **dB**, e o ângulo **GdA**, com as visadas **NM/d** e **dA**.

Tornando á carta: Calculamos os ângulos inversos: **CDG**; **BDG**; e **ADG** $\pm 180^\circ$

$$GDA = 230^\circ \pm 180^\circ = 50^\circ$$

$$GDB = 140^\circ \pm 180^\circ = 320^\circ$$

$$GDC = 80^\circ \pm 180^\circ = 260^\circ$$

VII . REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE TERRENO

A unidade territorial de organização dos trabalhos é o bairro.

Metodologia de trabalho

Os trabalhos são iniciados pelo Chefe de Equipe que é o topógrafo. Este faz o reconhecimento dos limites do bairro de trabalho, estabelecido pelo roteiro, e procede à

actualização topográfica e enumeração das casas existentes no bairro, com giz na respectivas paredes e nas cartas.

Depois de ter um numero suficiente de casas enumeradas ele reúne-se em local combinado com os agentes estatísticos membros da sua equipe e atribui a cada agente um plano de trabalho previamente estabelecido indicando o itinerário a ser seguido pelo agente isto é quais as casas a serem inquiridas e fixando-lhe um cronograma.

Ao Agente Estatístico “pivot” é atribuída a tarefa complementar de realizar o inventario dos Serviços e Equipamentos Colectivos, e de no fim dos trabalhos do bairro fazer a passagem a limpo da Ficha B, assim como verificar ,com o chefe de equipe as fichas do inventario atras referido.

Os agentes iniciam imediatamente o inventario das famílias das unidades de exploração agrícola e exploração pecuária.

Logo assim que constituírem uma lista com.1000 (mil)famílias avisam ao Chefe de equipe para que em conjunto constituam um DR, definam os respectivos limites, procedam ao levantamento das coordenadas GPS e a elaboração da respectiva memória descritiva.

Por forma a se conseguir que os limites dos DR's sejam rapidamente identificáveis no terreno e estabelecida a tolerância de + ou – 50 famílias isto e um DR poderá ter 950 a 1050 famílias

1. CONSELHOS ÚTEIS À CONDUÇÃO DA ENTREVISTA

O Agente deve exhibir o seu cartão de identificação e explicar o objectivo da visita de forma correcta junto do inquirido.

É importante estabelecer, desde o início da apresentação, um clima de cordialidade e assegurar-se que o inquirido está disposto a colaborar.

Um dos perigos da entrevista é o enviezamento das respostas do inquirido quando este age sob influência da opinião do agente ou de qualquer outra pessoa que esteja perto. Prescinda no máximo de emitir a sua opinião a respeito de qualquer questão.

Assuntos controversos ou alheios às perguntas das fichas não deverão ser abordados. As informações recebidas são confidenciais, não podendo ser discutidas ou comentadas.

As indagações complementares devem visar o esclarecimento do registo a ser feito e não a orientação da resposta ou rejeição da informação.

As entrevistas devem ser rápidas e o agradecimento ao informante é obrigatório.

INVENTARIO DOS SERVICOS E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

Ao Agente Estatístico “pivot” é atribuída a tarefa complementar de realizar o inventario dos serviços e equipamentos colectivos, utilizando a **Ficha A** procedendo-se da seguinte forma:

Parte I – Identificacao da Cidade

- Anotar, a ilha, o concelho, a freguesia a cidade e o bairro

Parte II – Serviços e Equipamentos Colectivos

1 Serviços de Educação

- Anotar o tipo e o nome do Serviço de educação.
- Tratando-se de um estabelecimento publico do Ensino Básico integrado anotar:
- O numero do polo escolar a que pertence (exemplo: Polo n 23);
- O tipo (escola do EBI) e o nome quando houver;(exemplo :Liceu Domingos Ramos)
- o numero de professores em efectividade durante o ano lectivo 1999/2000
- o numero de salas de aulas disponíveis durante o ano lectivo de 1999/2000
-

2. Serviços de Saúde

Anotar o nome ou designação oficial da estrutura de saúde (Exemplo: USB de Várzea; Centro de Saúde de Achada de Sto. Antonio; Hospital Central Agostinho Neto, etc.)

3.Fontes de Abastecimento de Agua

Assinalar com X os quadradinhos relativos às fontes de abastecimento de agua potável existentes no bairro, assim como o efectivo, na casela a frente.

ATENÇÃO: Não se trata de anotar, donde é que provém a água de uso domestico, mais sim de assinalar a existência de um ou mais desses sistemas no interior do bairro.

4 Outros Serviços

Assinalar com X os quadradinhos relativos aos outros serviços e equipamentos colectivos existentes no bairro.

A Ficha A é assinada no fim, pelo Agente que realizou o inventario e que anotara também a data da conclusão deste inventario.

2 ENUMERAÇÃO DAS CASAS.

O Chefe de Equipe efectua a enumeração das casas. A enumeração das casas é feita de forma sequencial, no interior de cada bairro. O numero de casa e composto por **CC00** (abreviatura de **Cartografia Censitária 2000**), seguida de um traço e um numero sequencial de quatro dígitos. Por exemplo, o numero a atribuir à primeira casa é **CC00 - 0001**. **Na Ficha B de Inventario das Famílias anotara apenas o numero sequencial, ou seja, - no caso exemplificado anteriormente, apenas 0001.**

O Chefe de Equipe percorre o bairro, e fará a enumeração das casas, escrevendo o numero na parte superior da porta, em local visível e não acessível a crianças, anotando simultânea e sistematicamente na carta.

O roteiro a seguir será definido pela equipe constituída por técnicos do Gabinete do Censo e pelo Chefe de Equipe, por forma a melhor rentabilizar o percurso. Deve iniciar a enumeração pela parte fronteira com o bairro cujo numero de ordem antecede este

Deve – se enumerar cada unidade distinta , por exemplo tratando-se de um prédio deve atribuir um numero distinto a cada apartamento ou unidade desse prédio que pode ser um espaço comercial.

Nesse caso a entrada do prédio, anotara o primeiro e o ultimo numero atribuídos aos apartamentos ou as unidades distintas enumeradas do referido prédio.

3. INVENTARIO DOS AGREGADO FAMILIARS

Para realização do inventario das famílias o Chefe de Equipe fará a distribuição do trabalho em três sectores, cabendo um a cada Agente Estatístico na medida do possível, com peso igual para os agentes.No primeiro dia de trabalho num bairro o chefe de equipe atribuirá ao Agente Estatístico “pivot” 2/3 (dois terços) do trabalho atribuído aos outros agentes fixando em compensação a tarefa complementar de realizar o inventario dos serviços e equipamentos colectivos.

Os 3 Agentes visitam os agregados familiares residentes nas casas que lhe forem atribuídas e realizam entrevistas com os Chefes dos Agregados Familiares ou com membros da agregado que sejam adultas, suficientemente idóneas e possam servir de respondente. Realizam tambem o inventario, das Unidades de Exploração Pecuária e das Explorações Agrícolas, assim como realizam as entrevistas do pre-recenseamento agrícola.

O inventario das famílias é feito utilizando a **Ficha B**,

Ao chegar à primeira casa do seu sector, cumprimente o Chefe do Agregado Familiar e/ou os presentes, apresente-se, exponha o objectivo da sua visita, procure ter acesso ao Chefe e, na ausência deste, a um membro do agregado familiar que seja suficientemente idónea e responsável para prestar as informações.

•
Certifique-se que o respondente entendeu e que esta disposto a colaborar e inicie a entrevista. Lembre-se que a razão da sua visita é identificar uma família e, a partir daí, identificar eventual Unidade de Exploração Pecuária ou Exploração Agrícola.

Interessa ao Censo o agregado familiar, que é uma pessoa ou um grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente sob o mesmo tecto e sob a autoridade de um chefe de do agregado familiar, tendo em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário

Nome do chefe do agregado familiar

Pergunte o nome completo do Chefe. Anote então o nome e o ultimo apelido.

Nominho do chefe do agregado familiar

De seguida pergunte qual o nominho, ou seja, o nome por que é mais conhecido e chamado. Anote o nominho na casa respectiva.

Tamanho do agregado familiar

Perguntar quantas pessoas de cada sexo vivem regularmente na sua casa e registar.

Perguntar se nenhuma dessas pessoas está ausente. Se sim, perguntar se está ausente há pelo menos seis meses ou se tem intenção de ausentar-se por mais de seis meses. Em caso afirmativo, exclua essa(s) pessoas(s) do seu registo.

Perguntar de seguida se todas as pessoas que vivem regularmente tomam pelo menos duas refeições em casa. Se sim, perguntar então se um ou mais membros do agregado familiar preparam as refeições em separado. Se não, então todos constituem uma só família. Se sim, esse(s), ainda que resida(m) nessa casa constituem família(s) distinta(s).

Vejam os alguns exemplos de situações em que é difícil decidir se uma pessoa é ou não membro do agregado familiar e por consequência, ser tido em conta.

- Um homem tem duas residências e trabalha em outro lugar.
- Perguntar onde passa a maior parte do seu tempo, tomando como referencia, uma semana. Se passa a maior parte do seu tempo semanal nesse agregado familiar, registre-o como sendo membro desse agregado. Se não passa com a família em questão, a maior parte do seu tempo, não deve ser registado como sendo membro do mesmo.
- Uma empregada domestica é inscrita no agregado familiar se ali reside habitualmente. Isso quer dizer que se às tardes volta para a casa dela, não e membro do agregado familiar e, por isso não deve ser contada. Se trabalha na casa desse agregado familiar, passa a noite e, aos fins de semana, ou de vez

em quando vai à sua casa de origem, ela é registada como membro desse agregado familiar.

- Pode suceder-se que uma mulher designe o seu marido como sendo o chefe do agregado familiar mas este não vive habitualmente ali. Neste caso ele não é considerado membro do agregado familiar e não deve, por essa razão ser contado como membro desse agregado familiar.
- O chefe do agregado familiar é o responsável do agregado familiar sob cuja autoridade se encontram os restantes membros. Se não for ele o respondente, a pessoa substituta indicara o nome. Em caso de dificuldades, a idade, a contribuição para os rendimentos e despesas da família são critérios que ajudam a identificar o Chefe. No pior dos casos, a idade é o critério de escolha. É, no entanto impreterível que o inquirido indique quem é o chefe do agregado familiar.

Anote nas respectivas caselas, o numero de membros do agregado familiar, residentes do sexo masculino e o dos do sexo feminino.

De seguida pergunte ao chefe do agregado familiar ou ao respondente, se o agregado familiar pratica agricultura, ou então se algum membro do agregado pratica agricultura.

Se responder que sim, pergunte então se o faz por conta de outrem, quer dizer na condição de empregado, ou então se por conta própria, dirigindo os trabalhos, e decidindo sobre a organização dos trabalhos e sobre o destino da produção.

Circunde 1 se Sim, 2 se Não.

De seguida, pergunte ao chefe, se o agregado familiar cria animais domésticos, ou então se pelo menos, um membro do agregado familiar cria e/ou é proprietário de animais de interesse zootécnico (bovinos, caprinos, suínos, avícolas, asinino, muares e equinos).

Circunde 1 se Sim, 2 se Não.

Se o agregado familiar pratica agricultura, então, retire uma **Ficha E** de Pre-Recenseamento Agrícola (Explorações Agrícolas Familiares e continue a entrevista com o Chefe ou o respondente.

6. PRÉ-RECENSEAMENTO AGRÍCOLA

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS FAMILIARES

Ao agente Estatístico cabe realizar o Pre-Recenseamento Agrícola junto das Explorações Agrícolas Familiares utilizando a **Ficha E**.

Lembre-se que o agregado familiar é uma exploração agrícola, desde que cultiva pelo menos uma parcela localizada dentro do espaço urbano do Concelho onde reside ou fora deste.

Comece por anotar a ilha, o concelho, a freguesia, o nome da Cidade, o nome do bairro e o número da casa.

Lembre-se que uma **exploração agrícola** é uma unidade económica de produção agrícola sob uma direcção única compreendendo todas as parcelas cultiváveis, independentemente do título de posse, modo jurídico ou do tamanho.

Nome do Chefe da exploração agrícola

Pergunte ao chefe do agregado familiar, ou ao respondente, quem é que detém os principais poderes e responsabilidades no que concerne a gestão da exploração agrícola, e é reconhecido como sendo o **Chefe da exploração agrícola**. Em princípio é o próprio chefe do agregado familiar. Anote o nome e o último apelido da pessoa que for declarada como sendo o chefe da exploração agrícola.

Nominho do Chefe de Exploração Agrícola

De seguida pergunte qual o nominho, ou seja, o nome por que o chefe da exploração agrícola é mais conhecido e chamado. Anote o nominho na coluna respectiva.

Sexo do Chefe de Exploração Agrícola

Em princípio, pelo nome, pode concluir qual o sexo do Chefe de Exploração Agrícola. Tratando-se do chefe do agregado familiar, saber qual o sexo. Tratando-se de outro membro da família, não hesite em clarificar ou confirmar o sexo, em caso de dúvida.

Idade do Chefe de Exploração Agrícola

Interessa ao censo, a idade vivida, quer dizer a idade que a pessoa completou no seu último aniversário

Para tanto, pergunte ao chefe do agregado familiar ou ao respondente quando é que o chefe da exploração agrícola faz anos. Se a data do aniversário for anterior à da entrevista, pergunte então que idade fez aquando do último aniversário e registre a idade declarada.

Se a data do aniversário for posterior à da entrevista, pergunte então que idade a pessoa completará no seu próximo aniversário. Anote a idade declarada, menos um. A idade é muito importante e não pode ficar sem registo.

Sempre que a pessoa respondente não souber a idade do chefe, ajude-o a determiná-la com recurso, se necessário, ao calendário histórico anexo a este manual.

Membros do agregado familiar que se dedicam à agricultura

Trata-se de determinar o numero de membros do agregado familiar, activos e que se dedicam, parcial ou integralmente aos trabalhos agrícolas. Anote nas caselas respectivas, o numero de homens e o das mulheres do agregado familiar que se dedicam à agricultura.

Outras actividades do Chefe de Exploração Agrícola

Pergunte ao respondente quais as outras actividades realizadas pelo chefe da exploração agrícola na semana da entrevista, ou na ultima semana em que este a trabalhar (caso esteja de ferias, de baixa medica ou suspenso por motivos disciplinares). Tratando-se de pesca e/ou de comercio, marcar com **X** o(s) quadradinho(s) respectivo(s). Tratando-se de outra actividade, então marcar também com **X** o quadradinho respectivo, peça ao respondente para precisar e registe no espaço para esse fim reservado.

Regime de exploração

Pergunte ao respondente se cultivam apenas no sequeiro, ou seja praticam agricultura apenas durante a época das chuvas, ou então se cultivam parcelas utilizando agua proveniente de outras fontes que não da chuva, tais como ribeira, poço, furo, nascente, galeria, ou então se pratica os dois regimes. Atente à resposta do inquirido e marque com **X** o quadradinho respectivo, conforme se tratar de “só sequeiro”, “só regadio”, ou então “sequeiro e regadio”.

Numero de parcelas e superficie cultivável

Cada porção de terra da exploração inteiramente cercada de estradas ou de outras terras define uma parcela agrícola. Em Cabo Verde, as parcelas são muitas vezes cercadas de muretes ou de plantas marcando as delimitações. A parcela pode comportar uma cultura ou uma ou mais associações de culturas.

São consideradas todas as parcelas da exploração que possam ser cultivadas, independentemente da forma de exploração, da localização (dentro ou fora de bairro/vila/cidade de residência da família) e do tamanho.

Procure então obter do respondente, informação sobre o numero de parcelas de regadio, quanto de sequeiro. Precise que deve incluir as que estão fora do bairro/vila/cidade. Anote então o numero de parcelas declarado nos espaços para esse fim reservados.

De seguida, se o inquirido declarar que cultiva no regadio, ou se pratica os dois regimes, peça ao inquirido que te diga, quantos litros de sementeira perfazem as parcelas de regadio que acabou de declarar.

De seguida, se o inquirido declarar que cultiva no sequeiro, ou se pratica os dois regimes, peça-o que te diga quantos litros de sementeira perfazem as parcelas de sequeiro que acabou de declarar. Tomara em consideração: a superfície indicada pelo chefe da exploração para todas as parcelas da exploração. Trata-se neste caso da superfície cultivável (superfície total de todas as parcelas disponíveis pela exploração). Ela pode ser expressa em **litros e/ou em m²**

Litros: é uma unidade de medida de superfície utilizada pelos agricultores cabo-verdianos, cujo valor admitido é de 1000 m².

Anote então o numero de parcelas declarado e as superfícies nos espaços para esse fim reservados.

Concluiu assim a entrevista com esse agregado familiar. .

Agradeça o inquirido, marque a data da entrevista e assine o seu nome de forma legível, nos espaços em baixo para esses fins reservados.

7. ENTREVISTAS JUNTO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DO TIPO NÃO FAMILIAR .

O Agente “pivot” realiza o pre-recenseamento agrícola junto das explorações agrícolas do tipo não familiar, existentes no bairro

Entrevista com Chefe de Exploração Agrícola de tipo não familiar

Comece por anotar a ilha, o concelho, a freguesia e o nome do bairro. Lembre-se que uma **exploração agrícola** é uma unidade económica de produção agrícola sob uma direcção única compreendendo todas as parcelas cultiváveis, independentemente do título de posse, modo jurídico ou do tamanho.

Forma jurídica

Pergunte, de seguida ao chefe de EA ou ao respondente, qual a forma jurídica, ou seja, se se trata de uma cooperativa, uma empresa em nome individual, uma empresa pública, uma sociedade por quotas, uma sociedade anónima um agrupamento de produtores, de uma igreja ou comunidade religiosa ou outro tipo de organização não familiar.

Marque com **X** o quadradinho relativo a forma jurídica declarada.

Pergunte então qual o nome ou razão social da firma e anote o nome declarado

Numero de trabalhadores ao serviço

De seguida, peça ao inquirido que lhe diga o numero de pessoas que, na semana do inquérito participaram efectivamente na actividade da exploração agrícola, independentemente do tipo de vinculo. Precise que deve incluir as pessoas que estavam em situação de licença de parto, de baixa medica, de férias ou de suspensão por motivos disciplinares. Anote nos espaços para o fim reservados.

Actividade principal e secundaria

De seguida pergunte qual a actividade principal da empresa, ou seja qual a actividade de maior importância, no conjunto das actividades exercidas pela Exploração Agrícola. Para determinação da actividade económica principal utilize os seguintes critérios: volume de negócios (1), pessoal ao serviço (2) e produção (3).

Numero de parcelas e superficie cultivável

Cada porção de terra da exploração inteiramente cercada de estradas ou de outras terras define uma parcela agrícola. Em Cabo Verde, as parcelas são muitas vezes cercadas de muretes ou de plantas marcando as delimitações. A parcela pode comportar uma cultura ou uma ou mais associações de culturas.

São consideradas todas as parcelas da exploração que possam ser cultivadas, independentemente da forma de exploração, da localização (dentro ou fora de bairro/vila/ciade de residência da família) e do tamanho.

Procure então obter do inquirido, informação sobre o numero de parcelas de regadio, quanto de sequeiro. Precise que deve incluir as que estão fora da bairro/vila/ciade. Anote então o numero de parcelas declarado nos espaços para esse fim reservados.

De seguida, se o inquirido declarar que cultiva no regadio, ou se pratica os dois regimes, peça ao inquirido que te diga, quantos litros de sementeira perfazem as parcelas de regadio que acabou de declarar. De seguida, se o inquirido declarar que cultiva no sequeiro, ou se pratica os dois regimes, peça-o que te diga quantos litros de sementeira perfazem as parcelas de sequeiro que acabou de declarar. Tomara em consideração: a superfície indicada pelo chefe da exploração para todas as parcelas da exploração. Trata-se neste caso da superfície cultivável (superfície total de todas as parcelas disponíveis pela exploração). Ela pode ser expressa em **litros e/ou em m2**

Litros: é uma unidade de medida de superfície utilizada pelos agricultores cabo-verdianos, cujo valor admitido é de 1000 m2.

Anote então o numero de parcelas declarado nos espaços para esse fim reservados.

Concluiu assim a sua entrevista. Agradeça ao respondente.

8. PREENCHIMENTO DA FICHA C RELATIVA AO INVENTARIO DA CIDADE

Concluído o inventario das famílias o Chefe da Equipe preencherá a **Ficha C**, do primeiro ao ultimo Distrito de Recenseamento listando os bairros que o integram, anotando a população residente (contagem), o numero de famílias , correspondentes, as coordenadas GPS dos pontos limítrofes dos DRs e a descrição dos pontos onde foram levantadas as coordenadas GPS.

9. CONSTITUIÇÃO DE DISTRITOS DE RECENSEAMENTO

Na constituição dos DR's teremos em conta, a dimensão admitida para cada DR, e a posição geográfica das diferentes unidades de habitação, não perdendo de vista que este trabalho deve ser feito de tal forma que para ir de um ponto ao outro do DR, o Agente Recenseador não tenha de atravessar outro DR.

A dimensão do DR é de cerca de 600 pessoas, no meio rural e 1000 pessoas, no meio urbano.

Nenhum DR deve ter parte no meio urbano e parte ao meio rural. Nenhum DR deve pertencer a duas ou mais freguesias. Será anotada eventual existência de famílias colectivas no seio do DR.

Vai-se ignorar a divisão dos DR's feita em 1990, e fazer-se uma nova divisão. Os DR's deverão ser marcados de uma forma ordenada, isto é, seguindo uma ordem numérica e lógica para todos os DR, e segui-la até ao fim.

Assim, concluído o inventario das famílias a nível de um bairro, o chefe de equipe verificara se já estão inventariadas pelo menos 1000 pessoas. Se sim constituirá um Distrito de Recenseamento, com o apoio dos Agentes Estatísticos. Se sobraem algumas famílias, as mesmas pertencerão ao DR contíguo a delimitar. Se o numero de pessoas for muito inferior a 1000 pessoas, então juntam-se famílias do bairro contíguo' - parte fronteira, até somar 1000 pessoas.

E estabelecida a tolerância de + ou – 50 famílias isto e um DR poderá ter 950 a 1050 famílias

Repare que um bairro pode ser densamente povoado e poder assim conter 2 ou mais DRs.

Se estiver num bairro com loteamento estruturado, os limites dos DR's deverão de preferencia passar por ruas e serão fáceis de identificar. Pelo contrário, se estiver num bairro sem um plano de loteamento os limites dos DR's deverão de preferencia passar por casas bem alinhadas ou caminhos de peões.

Os Distritos de Recenseamento (DRs) são enumerados de forma sequencial, no interior da Cidade.

Constituído o DR, o Chefe de Equipe conjuntamente com os Agentes Estatísticos desenhara o limite do mesmo no mapa, De seguida levantarão as coordenadas dos pontos limítrofes. Os DRs são enumerados de forma sequencial. O numero e composto pela abreviatura DR seguido do numero sequencial de três dígitos. O DR 29 será assim enumerado **DR 029**

10.CONSTITUIÇÃO DAS ZONAS DE CONTRÔLE – ZC

Cinco Distritos de Recenseamento de um Freguesia formam uma Zona de Controle. As ZC são enumeradas de forma sequencial utilizando as letras do alfabeto.

Exemplo: **ZC -A** .

Constituída uma Zona de Controle desenhara os limites da mesma usando tracejado adequado.

11. PREENCHIMENTO DA FICHA D

Constituída uma ZC, o Chefe de Equipe preencherá a Ficha D, listando as zonas de controle constituídas, os DRs que integram, assim como anotando a população de cada DR. De cada ZC anotará o total de habitantes.

Semanalmente o Chefe de Equipe encaminhará ao Gabinete de Censos, os dossiers dos bairros já concluídos, incluindo, as Fichas A, B C e D, assim como os mapas dos bairros concluídos, e cujos DRS estejam integralmente constituídos e as respectivas memórias descritivas.

No fim dos trabalhos da Zona Urbana o Chefe de Equipe encaminhará ao Gabinete de Censos, as cartas assim como as fichas recapitulativas da cidade freguesia.

Remeterá ainda os GPS e outros equipamentos fornecidos pelo INE, bem como um relatório das operações de terreno

Instituto Nacional de Estatística aos 06 de Julho de 1999.